

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH
Setor Comercial Sul-B, Quadra 09, Lote C
Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 1º andar
CEP: 70308-200 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3255-8900

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 09/2015

PROCESSO Nº: 23477.002875/2015-30

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

Data: 11/05/2015

Horário: 10h00 (Horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

UASG: 155007

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, com sede no Setor Comercial Sul-SCS, Quadra 09, Lote C, 1º andar da Torre C do complexo Parque Cidade Corporate, CNPJ 15.126.437/0001-43, UG-155007, na pessoa do Pregoeiro designado pela **Portaria** constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicado realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO SRP**, do tipo **MENOR PREÇO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os quais foram examinados pela Consultoria Jurídica, conforme **PARECER** contido nos autos deste Processo Administrativo. Este procedimento licitatório obedecerá ao disposto nos termos da **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002, do **Decreto nº 5.450**, de 31 de maio de 2005, do **Decreto nº 7.892**, de 23 de janeiro de 2013, da **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2**, de 11 de outubro de 2010, da **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, **Lei Complementar nº 147**, de 7 de agosto de 2014, da **Lei nº 11.488**, de 15 de junho de 2007, do **Decreto nº 6.204**, de 05 de setembro de 2007, **Portaria nº 04**, de 29 de abril de 2008, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/PR aplicando-se, subsidiariamente, a **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto desta licitação o Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12(doze) meses, para eventual aquisição de **Órteses e Materiais Especiais para Estimulação Cardíaca Artificial / MARCA-PASSO** para serem utilizados pelos **17** (dezessete) **Hospitais Universitários- HU's**, vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior- FIES, coordenados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes deste Termo de Referência e seus Anexos

1.2. Os **itens de 01 a 18** serão adquiridos em 06 (seis) grupos, devido à segurança técnica dos procedimentos, uma vez que, a minimização dos riscos, a otimização do tempo cirúrgico e a qualidade dos resultados dependem não só da equipe médica suficientemente habilitada para realizar o procedimento, mas, também, da compatibilidade e garantia do fabricante para o conjunto dos materiais.

- Grupo 01 - itens 01 a 03;
- Grupo 02 – itens 04 a 06;
- Grupo 03 – itens 07 e 08;
- Grupo 04 - itens 09 a 11;
- Grupo 05 – itens 12 a 15;
- Grupo 06 - itens 16 a 18.



1.3. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no edital e no Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante no Edital.

1.4. A existência de preços registrados não obriga a EBSEH e Unidades Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitações para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do § 4º, do Artigo 15, da Lei nº. 8.666/93 e do Artigo 16, do Decreto nº 7892/2013.

1.5. Constituem anexos a este Edital, dele fazendo parte integrante:

- ✓ **ANEXO I - Termo de Referência;**
- ✓ **ANEXO II - Modelo de Proposta;**
- ✓ **ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços;**
- ✓ **ANEXO IV – Minuta do Contrato**

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. A entidade gerenciadora será a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH.

2.2. Os órgãos/entidades participantes constam do Anexo I – Termo de Referência.

2.3. Os Hospitais Universitários participantes e seus respectivos quantitativos estarão disponíveis no comprasnet e também no sítio da EBSEH (<http://www.ebserh.gov.br/pregoes-e-licitacoes/licitacoes-e-contratacoes>)

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. Uma vez constatada sua vantajosidade na adesão a Ata de Registro de Preços da EBSEH, o Órgão não participante deverá encaminhar ofício, devidamente assinado, para o e-mail registro@ebserh.gov.br, a título de celeridade, com vistas à anuência da Diretoria de Administração e Infraestrutura quanto a seu uso.

3.4.1. Também deverá ser enviada, junto ao citado ofício, a anuência de fornecimento do licitante detentor do registro de preços.

3.5. A documentação original deverá ser encaminhada para o endereço constante do preâmbulo deste Edital.

3.6. A autorização de adesão de outros órgãos e entidades a Ata de Registro de Preços da EBSEH, ocorrerá mediante anuência formal do Órgão Gerenciador.

3.6.1. Uma vez autorizada sua adesão, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata, sob pena de ter sua autorização cancelada;

3.6.2. Ao órgão não participante que aderir à ata compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.7. A EBSERH, em face da necessidade de controle dos quantitativos a serem concedidos em adesão, emitira ofício a EMPRESA detentora do Registro, com fito de ter sua anuência ao referido pedido.

3.8. Os órgãos autorizados (“carona”) não poderão adequar o objeto pretendido à Ata, alterando especificações, características, periodicidade, frequência na execução, prazos de recebimento, quantitativos, métodos, etc., por mínimas que possam parecer, para sanear suas necessidades.

3.9. Em obtendo vantajosidade quanto a preços, o órgão não participante, deverá informar ao Órgão Gerenciador para providencias quanto a ajustes de valores na Ata.

3.10. Em caso de autorização de “Adesão” o Órgão não Participante, poderá obter cópia das seguintes peças junto ao endereço eletrônico www.ebserh.gov.br: Edital, Ata Registrada, publicação da síntese da Ata de Registro no D.O.U. e Parecer Jurídico, com vistas a composição de seu processo administrativo.

3.11. A autorização de adesão somente ocorrerá até o quíntuplo do quantitativo registrado para cada item na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos não participantes, conforme o §4º do art. 22, do Decreto nº 7.892/2013.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11/10/2010, por meio do sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

5.1.1. Poderão participar, ainda, deste Pregão Eletrônico as empresas constituídas por Consórcio, devendo apresentar:

5.1.1.1. Termo de Compromisso Público, subscrito pelos consorciados, com o devido reconhecimento de suas firmas em Cartório, indicando os produtos ofertados por cada consorciada em relação ao objeto desta licitação, definindo assim a respectiva participação de cada consorciado; e



5.1.1.2. Indicação da Empresa-Líder do Consórcio, que deverá responsabilizar-se pela coordenação do objeto e representação junto à Contratante, bem como pela apresentação da garantia.

5.1.2. As empresas consorciadas responderão, solidariamente, pelos atos praticados pelo Consórcio em que se constituírem, desde a fase da licitação até a final execução do Contrato.

5.1.3. Em caso de Consórcio, cada empresa participante terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida por esse Edital e seus Anexos.

5.1.4. A comprovação da capacidade técnica do Consórcio será determinada pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste Edital e seus Anexos.

5.1.5. É obrigatória a demonstração, por empresa consorciada, dos índices contábeis para fins de qualificação econômico-financeira, na forma estabelecida no art. 31 da Lei nº 8.666/1993.

5.1.6. Só poderão participar do certame Consórcios cuja liderança seja, obrigatoriamente, exercida por empresa brasileira, quando em Consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no subitem 5.1.1.1.

5.1.7. É obrigatória a constituição e o registro do Consórcio, antes da celebração do Contrato.

5.1.8. O licitante que participar desta licitação em Consórcio, não poderá, também, participar de forma isolada ou como membro de mais de um Consórcio.

5.1.9. A Empresa-Líder do Consórcio será a responsável pela obtenção da senha de acesso junto ao Provedor do Sistema, ficando responsável pela oferta dos lances, durante o certame, em nome do Consórcio.

5.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

5.2.1. Proibidas de participar em licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

5.2.3. Estrangeiras não autorizadas a funcionar ou que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.4. Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

5.2.5. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.2.6. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto de demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

5.2.7. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3.2. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

5.3.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade.

6.7. As Propostas, ao serem enviadas, deverão conter as especificações técnicas do objeto de forma detalhada. Portanto, poderão não ser aceitas as propostas sem detalhamento da descrição do objeto ou contendo apenas a redação “conforme descrito no edital” ou expressão equivalente.

6.8. O envio eletrônico da proposta corresponde à declaração, por parte do Licitante, que cumpre plenamente os requisitos definidos para habilitação, bem como de que está ciente e concorda com todas as condições contidas neste edital e seus anexos.

6.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou fornecimento do objeto, conforme for o caso.

6.11. O licitante participante deste Pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item.

6.12. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.12.1. Em nenhuma proposta, em sua descrição complementar/detalhada poderá constar de elementos/informações que possam identificar o licitante.

6.12.2. São exemplos, dentre outros, destes elementos/informações que são vedados:

- ✓ **Números de Registro da Anvisa, do Ministério da Saúde, etc.**
- ✓ **Marca, fabricante, etc.**

6.13. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.



6.14. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.15. O CNPJ da proponente para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento, deverá ser o mesmo utilizado na proposta para participação no processo licitatório.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento, do valor consignado no registro e do respectivo horário de envio do lance.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10.1. Em nenhuma proposta, em sua descrição complementar/detalhada poderá constar de elementos/informações que possam identificar o licitante.

7.10.1. São exemplos, dentre outros, destes elementos/informações que são vedados:

- ✓ **Números de Registro da Anvisa, do Ministério da Saúde, etc.**
- ✓ **Marca, fabricante, etc.**

7.11. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.11.1. Caso o licitante – ao enviar seu lance – cometa qualquer tipo de erro, deverá informá-lo imediatamente por meio do endereço eletrônico: pregao@ebserh.gov.br.

7.12. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.12.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será automaticamente suspensa pelo sistema e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, quando será emitido aos licitantes pelo sistema eletrônico, aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

7.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Para aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, após o procedimento de “empate ficto” das microempresas e empresas de pequeno porte, caso mantido o empate, deverá ser observado o direito de preferência estipulado no art. 3º da mesma lei, conforme procedimento estabelecido nos arts. 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

7.21. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

7.21.1. Produzidos no País;

7.21.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.21.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.22. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.



7.23.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, à sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

8.5.2. Os prazos estabelecidos pelo Pregoeiro poderão ser prorrogados por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido e aceita pelo Pregoeiro.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. O Pregoeiro poderá solicitar dos licitantes a apresentação de amostras nos termos do Anexo I – Termo de Referência.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro, auxiliado por sua equipe de apoio, verificará

o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante poderá ser convocada a encaminhar, em prazo definido pelo Pregoeiro, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital e seus Anexos, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.4. Habilitação jurídica:

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.4.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.5.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

9.5.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

9.5.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

9.5.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

9.6.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.6.3. no caso de bens para pronta entrega, não será exigido da microempresa, empresa de pequeno porte, nem da sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007);

9.6.4. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.6.5. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

9.6.5.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

9.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, solicitada no Termo de Referência.

9.8. A licitante detentora da melhor proposta, quando convocada pelo Pregoeiro, deverá enviar os documentos exigidos para habilitação neste edital.

9.8.1. O prazo mínimo para envio dos documentos será de 2 (duas) horas e será definido pelo Pregoeiro via chat em sessão pública.

9.8.2. Junto aos documentos exigidos para habilitação também deverá ser enviada a proposta devidamente assinada.

9.8.3. O envio deverá ser feito por meio do sistema (comprasnet) anexando todos os documentos digitalizados.

9.8.4. Posteriormente, quando solicitados pelo Pregoeiro, os documentos deverão ser remetidos em original por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

9.8.4.1. O prazo mínimo para envio dos documentos será de 3 (três) dias quando não definido pelo Pregoeiro.

9.8.5. Os documentos deverão ser remetidos ao **Serviço de Licitações da EBSERH**, no seguinte endereço: Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Lote C, 1º andar da Torre C do complexo Parque Cidade Corporate, Telefone (061) 3255-8666, no horário de 09h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

9.8.6. Os prazos poderão ser prorrogados por solicitação justificada do licitante desde que a solicitação seja formulada antes de findo o prazo estabelecido e a justificativa aceita pelo Pregoeiro.



9.8.7. O não encaminhamento dos documentos exigidos nos prazos estabelecidos poderá implicar na desclassificação do licitante, com conseqüente lançamento de advertência no sistema de cadastramento unificado de fornecedores – SICAF, e/ou aplicação das penalidades cabíveis na lei.

9.8.8. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

9.9.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9.14. Para habilitação, a licitante também deverá observar as exigências contidas no Anexo I – Termo de Referência sob pena de desclassificação do licitante.

9.15. Caso o licitante, por motivos técnicos e aceitos pela Administração, não consiga enviar os documentos exigidos para habilitação via sistema, estes, quando autorizado, poderão ser enviados para o seguinte endereço eletrônico: pregao@ebserh.gov.br.

9.16. A apresentação de declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450/2005.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde

logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário e os licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2. Alternativamente à convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada.

12.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela administração.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor e dos licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, observada a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13. DO PREÇO

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

13.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

13.3. Será realizada de forma periódica pesquisa de mercado para a verificação de que o uso da ata de registro de preços é comprovadamente vantajosa para a EBSERH e demais participantes.

14. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

14.1. Os critérios de recebimento, aceitação e fiscalização do objeto estão previstos no Anexo I – Termo de Referência.

14.2. O objeto deve ser entregue conforme as quantidades, locais designados, características, especificações e todas as condições estabelecidas neste Edital e no seu Anexo I – Termo de Referência.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no **Anexo I - Termo de Referência e na Minuta Contratual – anexo IV.**



15.2. A Contratada irá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

16.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

17.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2. Apresentar documentação falsa;

17.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.5. Não mantiver a proposta;

17.1.6. Cometer fraude fiscal;

17.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.3.1. Multa de até 10% (10 por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

17.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

17.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



17.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A Impugnação Administrativa deverá ser apresentada por meio eletrônico através do endereço de e-mail: pregao@ebserh.gov.br ou por escrito, encaminhada ao **Serviço de Licitações da EBSEERH**, no seguinte endereço: Setor Comercial Sul / SCS, Quadra 09, Lote C, 1º andar da Torre C do complexo Parque Cidade Corporate, Telefone: (061) 3255-8666 no horário de **09h00 as 12h00** e das **14h00 às 17h00**.

18.3. Quando a Impugnação Administrativa for enviada ao **Serviço de Licitações da EBSEERH** exclusivamente por escrito, ela também deverá ser enviada em mídia (**tipo CD, DVD, etc.**) nos formatos Word (.doc ou .docx) e PDF(.pdf), tendo em vista que o texto da impugnação deverá ser disponibilizado no **COMPRASNET**.

18.4. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pela área demandante, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

18.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.6. Não serão conhecidas as impugnações interpostas após os prazos legais, bem como as que não forem apresentadas na forma estabelecida nos subitens 18.2 e 18.3 acima.

18.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, única e exclusivamente por meio eletrônico via internet, por meio do endereço de e-mail: pregao@ebserh.gov.br

18.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19. DO CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇO

19.1 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

19.1.1. A pedido, quando:

- a)** comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b)** o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

19.1.2. Por iniciativa da Administração, quando:

- a)** não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b)** perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c)** por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;
- d)** não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

- e) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

19.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário;

20.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.7. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

20.8. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do órgão ou entidade da Administração.

20.10. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.11. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações;

20.12. Para fins de aplicação de sanção administrativa presente neste Edital, o lance é considerado proposta.



Brasília, 22 de abril de 2015.

DANIEL ALVES
PREGOEIRO
SERVIÇO DE LICITAÇÕES

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto desta licitação o Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **Órteses e Materiais Especiais para Estimulação Cardíaca Artificial / MARCA-PASSO** para os Hospitais Universitários – HU's vinculados a Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, coordenados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes deste Termo de Referência e seus Anexos.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. Trata-se da aquisição de **Órteses e Materiais Especiais para Estimulação Cardíaca Artificial** a serem utilizados por 17 (dezessete) **Hospitais Universitários**, vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior, solicitados de acordo com a estimativa média de consumo dos mesmos e com a devida autorização e aprovação da Autoridade competente deste Órgão.

2.2. Os **itens de 01 a 18** serão adquiridos em 06 grupos, devido à necessidade de compatibilidade dos insumos, visando proporcionar segurança técnica na realização dos procedimentos. É importante ressaltar que a prática e as habilidades técnicas são características muito importantes para esses profissionais que têm suas atividades baseadas numa ampla qualificação e conhecimento. Porém, a minimização dos riscos, a otimização do tempo cirúrgico e a qualidade dos resultados dependem não só da equipe médica suficientemente habilitada para realizar o procedimento, mas, também, da compatibilidade e garantia do fabricante para o conjunto dos materiais.

2.3. Além disso, a exigência do critério de julgamento de menor preço global de alguns materiais se deve também ao fato da funcionalidade dos mesmos estar diretamente ligada ao padrão dos fabricantes, isto é, não são compatíveis e/ou não se adaptam quando de marcas diferentes, ou podem trazer transtornos nos processos de trabalho dos profissionais de saúde com consequência para os clientes.

2.4. A aquisição de **Órteses e Materiais Especiais para Estimulação Cardíaca Artificial** ocupa um papel de destaque dentro do sistema de compras nos Hospitais Universitários, uma vez que reúne um extenso, complexo e diversos conjuntos de materiais e insumos imprescindíveis a uma assistência que prime pela qualidade e excelência dos serviços ofertados aos seus usuários.

2.5. Dentre os grandes avanços tecnológicos da Medicina, podemos citar o marca-passo cardíaco como um dos mais importantes. A indicação pode ser da implantação de um marca-passo temporário ou de um marca-passo definitivo. Os distúrbios do sistema excito-condutor, principalmente as bradiarritmias, bloqueios avançados e totais são as patologias que mais respondem à utilização da estimulação cardíaca artificial.

2.6. Ademais, cabe ressaltar que, considerando a Portaria MEC nº 442/2012, que delega à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH o exercício das competências descritas nos incisos VII a IX do art. 18 do Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, além daquelas relativas ao Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF, instituído pelo Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, estabelece que as unidades do Ministério da Educação, no âmbito de suas atribuições regimentais, deverão colaborar na execução das atividades de apoio à EBSERH, até a sua efetiva implantação e o seu regular funcionamento.



2.7. Os Hospitais Universitários Federais, são instituições que, em conjunto com unidades do Ministério da Saúde, integram a assistência prestada à população, com a formação de profissionais, capacitação de pessoal e as atividades de investigação científica. Eles têm o papel de avaliar e gerar novos conhecimentos e tecnologias, pré-requisitos para a formação de Mestres e Doutores nas áreas específicas de habilitação e são assim referência para o sistema de saúde regional e nacional.

2.8. O Registro de Preço de forma concentrada tem como vantagens a padronização da aquisição e utilização de insumos e equipamentos entre os Hospitais Universitários, gerando economia financeira e a otimização de tempo, além de proporcionar aos centros universitários os recursos materiais necessários ao atendimento equânime e humanizado.

3. ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE POR ORGÃO PARTICIPANTE:

3.1. As Órteses e Materiais Especiais para Estimulação Cardíaca Artificial / MARCA-PASSO 2015 de que trata este Termo estão especificados em um total de **18 itens**, que correspondem a **06 grupos** assim divididos:

- **Grupo 01**- Itens 01 a 03;
- **Grupo 02**- Itens 04 a 06;
- **Grupo 03**- Itens 07 e 08;
- **Grupo 04**- Itens 09 a 11;
- **Grupo 05**- Itens 12 a 15;
- **Grupo 06**- Itens 16 a 18.

3.2. Abaixo, encontra-se o resumo da planilha, a qual permite a visualização da especificação e seus respectivos quantitativo total anual ora licitado, solicitados de acordo com a estimativa média de consumo dos 17 HU's, bem como a **Margem de Preferência** estabelecida no Decreto Federal nº 7.767, de 27 de junho de 2012, art. 1º:

“Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de produtos médicos para fins do disposto no art. 3º da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, e com vistas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

3.3. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no edital e no Comprasnet, **prevalecerá o descritivo constante no Edital.**

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	CATMAT	COD SUS	MARGEM DE PREFERÊNCIA	GRUPO	TOTAL
							Quantidade Anual
1	ELETRODO DE MARCAPASSO , BIPOLAR, ENDOCARDICO , COM FIXAÇÃO ATIVA (EXTENSIVEL/RETRATIL) / PASSIVA, COM CORTICOIDE, DIAMETRO MÁXIMO DE 7 F, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO: IS-1/VS-1.	UNIDADE	363708	07.02.04.024-0	-	GRUPO 01	2098
2	GERADOR DE MARCAPASSO BICAMERAL , COM RESPOSTA DE FREQUÊNCIA POR ACCELEROMETRIA:1- CARACTERÍSTICAS:- CONECTOR IS-1, COMPATÍVEL COM 3.2MM;- COMPATÍVEL COM ELETRODOS BIPOLARES E UNIPOLARES;2- RECURSOS PROGRAMÁVEIS: - MUDANÇA AUTOMÁTICA DE MODO ("MODE SWICHT"); GERENCIAMENTO DE CAPTURA VENTRICULAR;- AJUSTE DA SENSIBILIDADE ATRIAL E VENTRICULAR;- FREQUÊNCIA;- LARGURA DE PULSO;- AMPLITUDE DE PULSO;- HISTERESE;- SENSIBILIDADE;- PERÍODO REFRACTÁRIO;3- TERAPIA DE DIAGNÓSTICO:- FUNÇÕES DE DIAGNÓSTICO;- HISTOGRAMA;- CONTADORES (PERCENTAGEM DOS BATIMENTOS SENTIDOS E DETECTADOS).	UNIDADE	396788	07.02.04.041-0	25%	GRUPO 01	1290



3	<p>INTRODUTOR DE PUNCAO PARA IMPLANTACAO DE ELETRODO ENDOCARDICO. INTRODUTOR DESCARTAVEL, BIPARTIDO, ESTERIL, PERFIL SISTEMA IMPLANTAVEL, USO UNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F:- PARA USO EM VEIA SUBCLAVIA OU JUGULAR;- KIT CONSISTINDO DE: DILATADOR VENOSO COM INTRODUTOR; FIO GUIA; AGULHA PARA PUNCAO; SERINGA DESCARTAVEL.</p>	UNIDADE	414098	07.02.04.040-1	-	GRUPO 01	1645
4	<p>ELETRODO DE MARCAPASSO, BIPOLAR, ENDOCARDICO, COM FIXACAO ATIVA (EXTENSIVEL/RETRACTIL)/PASSIVA , COM CORTICOIDE, DIAMETRO MAIOR DE 7 F, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO: IS-1/VS-1.</p>	UNIDADE	363708	07.02.04.024-0	-	GRUPO 02	807
5	<p>GERADOR DE MARCAPASSO CAMARA UNICA, COM RESPOSTA DE FREQUENCIA POR ACELEROMETRIA:1- CARACTERISTICAS:- CONECTOR IS-1, COMPATIVEL COM 3.2MM;- COMPATIVEL COM ELETRODOS BIPOLARES E UNIPOLARES;2- RECURSOS PROGRAMAVEIS: - MECANISMO DE CONFIRMACAO AUTOMATICA DO DEBITO; - AJUSTE AUTOMATICO DA SENSIBILIDADE VENTRICULAR;- FREQUENCIA;- LARGURA DE PULSO;- AMPLITUDE DE PULSO;- HISTERESE;- SENSIBILIDADE;- PERIODO REFRACTARIO; -</p>	UNIDADE	396784	07.02.04.042-8	25%	GRUPO 02	502

	HOLTER DE 24H; GERENCIAMENTO DE CAPTURA VENTRICULAR; - DETECCAO AUTOMÁTICA DE IMPLANTE; - FUNCOES DE DIAGNOSTICO;- HISTOGRAMA;- CONTADORES (PERCENTAGEM DOS BATIMENTOS SENTIDOS E DETECTADOS):4- CARACTERISTICAS FISICAS;- TITANIO, POLIURETANO E SILICONE;- BATERIA DE LITIO.						
6	<u>INTRODUTOR DE PUNCAO PARA IMPLANTACAO DE ELETRODO ENDOCARDICO.</u> INTRODUTOR DESCARTAVEL, BIPARTIDO, ESTERIL, PERFIL SISTEMA IMPLANTAVEL, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F:- PARA USO EM VEIA SUBCLAVIA OU JUGULAR;- KIT CONSISTINDO DE: DILATADOR VENOSO COM INTRODUTOR; FIO GUIA; AGULHA PARA PUNCAO; SERINGA DESCARTAVEL.	UNIDADE	414098	07.02.04.040-1	-	GRUPO 02	1432
7	<u>MARCAPASSO MULTISSITIO</u> (RESSINCRONIZADO R):- GERADOR DE PULSO TRICAMERAL, BI- VENTRICULAR (ATRIO DIREITO, VENTRICULO DIREITO E SEIO CORONARIANO PARA ESTIMULACAO VENTRICULAR ES QUERDA); - MULTIPROGRAMAVE L; - RESPONSIVO; - SENSOR ACELEROMETRO; - AMPLITUDE MAXIMA DE NO MINIMO 7.5 V; - PROGRAMACAO INDEPENDENTE DE AMPLITUDE E LARGURA DE PULSO	UNIDADE	396795	07.02.04.043-6	25%	GRUPO 03	465



	<p>PARA AÂ• TRIO, VENTRICULO DIREITO E VENTRICULO ESQUERDO; - PROGRAMACAO DE POLARIDADE UNIPOLAR E BIPOLAR PARA SENSIBILIDADE E ESTIMULACAO; - - HISTOGRAMAS E CONTADORES COM TABULACAO DE EVENTOS CLINICOS; - MEMORIA PERMANENTE PARA ARMAZENAR DADOS DO PACIENTE E DO IMPLANTE.</p>						
8	<p>SISTEMA DE ELETRODOS PARA ESTIMULACAO DE SISTEMA MULTI-SITIO. CONJUNTO COMPOSTO ELETRODOS, EM TITANIO, UNI/BIPOLAR, PARA ESTIMULACAO MULTI-SITIO DISPONIVEL NOS MODELOS: A) ELETRODO PARA SEIO CORONARIO (SIST. OVER THE WIRE) , SENDO QUE O MOD. UNIPOLAR, DE FIXACAO PASSIVA , COM ESTEROIDE, DIAMETRO MAX. DE 6 F, COMP. DE MIN. DE 75 CM, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS-1/VS-1, E O MOD. BIPOLAR, FIXACAO PASSIVA, COM ESTEROIDE, DIAMETRO MAX. DE 6F, COMP. DE MIN. DE 75 CM, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS1/VS1; B) ELETRODO ENDOCARDICOS FIXACAO ATIVA (EXTENSIVEL/RETRATIL) PASSIVA, COM CORTICOIDE, DIAM. MAX. DE 7F, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS-</p>	UNIDADE	342329	07.02.04.059-2	-	GRUPO 03	510

	1/VS; C)EPICARDICO COM ISOLAMENTO, CURTO/LONGO, CONECTOR IS-1/VS1. (FORNECEDOR DEVERA SEMPRE DISPONIB. TODOS OS MODELOS NO ATO CIRURGICO). CATETER BALAO BIOCOMPATIVEL, CONJ. BAINHAS E GUIA						
9	<p>CARDIODEFIBRILADOR COM MULTI-SITIO (RESSINCRONIZADO R):- MARCAPASSO MULTI-SITIO E DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR IMPLANTAVEL, AMBOS EM UM MESMO APARELHO;- CAPACIDADE DE PROGRAMACAO INDEPENDENTE DAS CAMARAS ESTIMULADAS E DAS CAMARAS SENTIDAS;- TESTES DE LIMIAR DE CAPTURA DE VENTRICULO DIREITO E VENTRICULO ESQUERDO INDEPENDENTES;- FREQUENCIA DE HISTERESE NO INTERVALO AV/PV;- DIAGRAMA CONTENDO OS ULTIMOS EPISODIOS COM INFORMACAO DETALHADA;- TERAPIA MAÃ• XIMA DE CHOQUE: DE NO MIÃ• NIMO 35 JOULES ENTREGUES;- LARGURA DE PULSO E AMPLITUDE DE PULSO INDEPENDENTES NO VENTRICULO DIREITO E VENTRICULO ESQUERDO.- ACOMPANHA ELETRODO PARA CARDIODEFIBRILADOR COMPOSTO DE:- ELETRODO ENDOCARDICO</p>	UNIDADE	396795	07.02.04.004-5	25%	GRUPO 04	280



	BIPOLAR COM CORTICOIDE;- DUPLO COIL;- FIXACAO RETRATIL (ATIVA) OU PASSIVA (ALETAS);- COMPRIMENTO: ELETRODO 58 A 65 CM; - COM ISOLAMENTO.						
10	<u>ELETRODO DE MARCAPASSO.</u> BIPOLAR, <u>EPICARDICO</u> , COM CORTICOIDE , COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO: IS-1/VS-1. CURTO - COMPRIMENTO MINIMO DE 35 CM OU LONGO - COMPRIMENTO MINIMO 50 CM.	UNIDADE	363707	07.02.04.025-8	-	GRUPO 04	420
11	<u>SISTEMA DE ELETRODOS PARA ESTIMULACAO DE SISTEMA MULTI-SITIO.</u> CONJUNTO COMPOSTO ELETRODOS, EM TITANIO, UNI/BIPOLAR, PARA ESTIMULACAO MULTI-SITIO DISPONIVEL NOS MODELOS: A) ELETRODO PARA SEIO CORONARIO (SIST. OVER THE WIRE) , SENDO QUE O MOD. UNIPOLAR, DE FIXACAO PASSIVA , COM ESTEROIDE, DIAMETRO MAX. DE 6 F, COMP. DE MIN. DE 75 CM, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS-1/VS-1, E O MOD. BIPOLAR, FIXACAO PASSIVA, COM ESTEROIDE, DIAMETRO MAX. DE 6F, COMP. DE MIN. DE 75 CM, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS1/VS1; B) ELETRODO ENDOCARDICOS FIXACAO ATIVA (EXTENSIVEL/RETRATIL) PASSIVA, COM CORTICOIDE, DIAM. MAX. DE 7F, COM	UNIDADE	342329	07.02.04.059-2	-	GRUPO 04	314

	ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS-1/VS; C)EPICARDICO COM ISOLAMENTO, CURTO/LONGO, CONECTOR IS-1/VS1. (FORNECEDOR DEVERA SEMPRE DISPONIB. TODOS OS MODELOS NO ATO CIRURGICO). CATETER BALAO BIOCOMPATIVEL, CONJ. BAINHAS E GUIA						
12	CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR IMPLANTAVEL (CDI) DE CAMARA DUPLA:- ANTIBRADICARDIA E ANTITAQUICARDIA;- COMPOSTO DE UM CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR AUTOMATICO IMPLANTAVEL, COM MARCAPASSO CAMARA DUPLA E RESPOSTA DE FREQUENCIA; - PORTICOS DE DESFIBRILACAO DF-1; - PORTICO DE ESTIMULACAO E SENSE VENTRICULAR IS-1 BIPOLAR;- PORTICO DE ESTIMULACAO E SENSE ATRIAL IS-1 BIPOLAR. TIPOS: DDDR/DDSR	UNIDADE	396794	07.02.04.005-3	25%	GRUPO 05	601
13	ELETRODO DE MARCAPASSO, BIPOLAR, ENDOCARDICO, COM FIXACAO ATIVA (EXTENSIVEL/RETRATIL)/PASSIVA , COM CORTICOIDE, DIAMETRO MA• XIMO DE 7 F, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO: IS-1/VS-1.	UNIDADE	363708	07.02.04.024-0	-	GRUPO 05	1603
14	ELETRODO PARA CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR, BIPOLAR, ENDOCARDICO, DUPLO COIL, COM FIXACAO ATIVA (EXTENSIVEL/RETRATIL) , COM CORTICOIDE,	UNIDADE	346939	07.02.04.023-1	-	GRUPO 05	477



	DIAMETRO MAXIMO DE 9 F, COM ISOLAMENTO, 02 (DOIS) CONECTORES TIPO: IS-1/VS-1, 02 (DOIS) CONECTORES DF-1.						
15	<u>INTRODUTOR DE PUNCAO PARA IMPLANTACAO DE ELETRODO ENDOCARDICO.</u> INTRODUTOR DESCARTAVEL, BIPARTIDO, ESTERIL, PERFIL SISTEMA IMPLANTAVEL, USO UNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F:- PARA USO EM VEIA SUBCLAVIA OU JUGULAR;- KIT CONSISTINDO DE: DILATADOR VENOSO COM INTRODUTOR; FIO GUIA; AGULHA PARA PUNCAO; SERINGA DESCARTAVEL.	UNIDADE	414098	07.02.04.040-1	-	GRUPO 05	568
16	<u>CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR IMPLANTAVEL (CDI) DE CAMARA UNICA;</u> - ANTIBRADICARDIA E ANTITAQUIARRITMIA ; - COMPOSTO DE UM CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR AUTOMATICO IMPLANTAVEL; - COM MARCAPASSO CAMARA UNICA E RESPOSTA DE FREQUENCIA; - PORTICOS DE DESFIBRILACAO DF-1; - PORTICO DE ESTIMULACAO E SENSE VENTRICULAR IS-1 BIPOLAR.	UNIDADE	396793	07.02.04.005-3	25%	GRUPO 06	447
17	<u>ELETRODO PARA CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR,</u> BIPOLAR, ENDOCARDICO, DUPLO COIL, COM FIXACAO ATIVA (EXTENSIVEL/RETRATIL) , COM CORTICOIDE, DIAMETRO MAXIMO DE 9 F, COM ISOLAMENTO, 02 (DOIS) CONECTORES TIPO:	UNIDADE	346939	07.02.04.023-1	-	GRUPO 06	506

	IS-1/VS-1, 02 (DOIS) CONECTORES DF-1.						
18	<p><u>INTRODUTOR DE PUNCAO PARA IMPLANTACAO DE ELETRODO ENDOCARDICO.</u> INTRODUTOR DESCARTAVEL, BIPARTIDO, ESTERIL, PERFIL SISTEMA IMPLANTAVEL, USO UNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F:- PARA USO EM VEIA SUBCLAVIA OU JUGULAR;- KIT CONSISTINDO DE: DILATADOR VENOSO COM INTRODUTOR; FIO GUIA; AGULHA PARA PUNCAO; SERINGA DESCARTAVEL.</p>	UNIDADE	414098	07.02.04.040-1	-	GRUPO 06	2030

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

4.1. Encerrada a etapa de aceitação da sessão pública, o licitante detentor da proposta de menor preço deverá comprovar qualificação técnica, para fins de habilitação, por meio da seguinte documentação:

- a) **Autorização de Funcionamento**, expedida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (**Anvisa**) do licitante.
- b) **Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal**, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal do licitante.
- c) **Certificado de Boas Práticas de Fabricação** emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde para os itens classificados como III e IV. Ou, no caso de produto importado, apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle emitido pela Autoridade Sanitária do País de origem, traduzido para o português por Tradutor Público Juramentado ou Laudo de Inspeção emitido pela Autoridade Sanitária Brasileira, conforme RDC 15 de 28 de Março de 2014.
- d) **Comprovação dos registros dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro, no Ministério da Saúde/ANVISA**, devendo constar à validade (dia/mês/ano), por meio de:
 - **Cópia autenticada do registro no Ministério da Saúde publicado no D.O.U.**, grifando o número relativo a cada produto cotado ou **Cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.**
 - Estando o **registro vencido**, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do **protocolo da solicitação de sua revalidação**, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei nº. 6.360/76, de 23 de setembro de 1976. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.



4.1.1. O número do Registro do produto na ANVISA deverá ser rigorosamente especificado na proposta.

4.1.2. Os números de Registros / Certificado de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento.

4.1.3. Garantia de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para o HU, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos.

5. DAS AMOSTRAS

5.1. A EBSEH se reserva o direito de solicitar amostras dos produtos ofertados para avaliação técnica que será realizada pelos hospitais universitários de referência. As amostras deverão ser apresentadas juntamente com os catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição **em português** detalhada do produto ofertado.

5.2. A EBSEH se reserva o direito de solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, catálogos em **português**, prospectos, laudos analíticos e laboratoriais e manuais de utilização/funcionamento de qualquer item cotado, de qualquer empresa participante do processo, independente da ordem de classificação de preços, para aferir se os bens propostos atendem as especificações contidas no edital.

5.3. Quando solicitadas as amostras, estas e os respectivos catálogos, os prospectos, os laudos analíticos e laboratorial e os manuais de utilização/funcionamento, deverão ser postadas na quantidade solicitada no **prazo máximo de 72 horas** contadas do recebimento da solicitação, sob pena de desclassificação.

5.4. A quantidade das amostras deverá ser de no mínimo **uma** unidade por item, apresentada na embalagem original, conforme comercializada.

5.4.1. A critério do Pregoeiro ou da área técnica poderá ser solicitada mais de uma unidade de amostra por item.

5.4.2. O envio/postagem das amostras deverá se dar no prazo máximo de 72 horas contadas do recebimento da convocação, durante a sessão pública, sob pena de desclassificação.

5.4.3 As amostras deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação da EBSEH, no Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Lote C, 1º andar da Torre C do complexo Parque Cidade Corporate, CEP: 70.308-200, Telefone (061) 3255-8935 no horário de 09h00 as 12h00 e das 14h00 às 17h00.

5.4.4. Caso seja necessário, o endereço citado poderá ser alterado por solicitação do Pregoeiro.

5.4.5. Quando as amostras não forem entregues pessoalmente no endereço citado no item 5.4.3, o licitante deverá enviar para o endereço de e-mail: pregao@ebserh.gov.br o código de rastreamento referente ao envio/postagem da citada amostra.

5.4.6. Este prazo poderá ser prorrogado quando for apresentada justificativa aceita pela EBSEH desde que a postagem da amostra tenha sido efetuada dentro do prazo contido no item 5.4.2 quando o código de rastreamento também deverá obrigatoriamente ser enviado para o endereço de e-mail: pregao@ebserh.gov.br.

5.4.7. O e-mail enviado com o código de rastreamento deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações:

- Nome da empresa;
- CNPJ;
- Itens postados;

- Telefone para contato;
- Número do Pregão; e
- Data da postagem.

5.5. As amostras deverão ser apresentadas da seguinte forma:

5.5.1. As amostras deverão estar identificadas com os termos:

- **Amostra para Análise**, além dos dados completos da referida amostra;
- Licitação: número da licitação e do item a que se referem;
- Fornecedor: nome, telefone e e-mail;
- Representante: nome, telefone e e-mail.

5.5.2. A(s) amostra(s) deverá(ão) estar na embalagem original do(s) produto(s).

5.5.3. As amostras deverão ser entregues em embalagens individuais contendo: data, número do lote de fabricação, prazo de validade e informações de acordo com a legislação pertinente, quando for o caso. Os proponentes deverão constar em suas propostas as especificações dos itens cotados, com especial atenção para as marcas.

5.5.4. As amostras poderão, durante o manuseio para análise do material, ter suas embalagens violadas.

5.5.5. Os proponentes que tiverem amostras passíveis de devolução poderão retirá-las, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar da homologação do pregão/ item, no mesmo local onde foram entregues.

5.5.6. A metodologia de avaliação técnica consiste de etapas que estão descritas abaixo:

- a) Verificar e validar a documentação técnica apresentada, incluindo os documentos pertinentes à licitante e ao produto, bem como se a proposta apresentada atende ao Edital. Inclui-se nesta etapa a necessidade de apresentação de documentos em cumprimento à alguma norma regulamentadora (como resolução da ANVISA ou Certificado de Aprovação – CA) relativa àquele material e em caso afirmativo, se o item ofertado atende à mesma.
- b) Verificar se a amostra enviada atende ao descritivo do Edital, bem como se a mesma está dentro daquilo que a licitante apresentou como proposta.
- c) Avaliar tecnicamente a amostra no que tange à qualidade da mesma, se o objetivo de uso será alcançado sem prejudicar o paciente e o usuário e sem comprometer a técnica, dentre outros pontos. Isso pode ser realizado na EBSERH – sede (em câmara técnica) bem como em uma de suas filiais.
- d) Verificar se o produto ofertado possui algum alerta de restrição na ANVISA ou mesmo nas filiais EBSERH onde existe controle de qualidade de materiais.

5.5.7. O não atendimento a qualquer um dos requisitos acima torna a proposta do licitante para o item passível de desclassificação.

5.5.8 Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados dos testes em amostra, serão arquivados na EBSERH e poderão subsidiar avaliações dos materiais em processos licitatórios futuros, compondo o cadastro de materiais.

5.5.9 Nos casos de pareceres técnicos desfavoráveis a aceitação do material, os mesmos poderão ser utilizados como instrumento para desclassificação do item/grupo.

5.5.10 A amostra colocada à disposição da EBSERH será tratada como protótipo, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.



6. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

6.1. A entrega do(s) material(s) deverá ser efetuada no **Almoxarifado de cada HU** conforme endereços constantes na tabela abaixo, no horário das **08:00 às 17:00 horas, nos dias úteis.**

ORDEM	UASG	IFES	HOSPITAIS
1	155001	HCPA	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
			Rua Ramiro Barcelos, 2350 CEP: 90.035-003 – PORTO ALEGRE – RS
2	153040	UFBA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF. EDGARD SANTOS
			Rua Augusto Viana s/n CEP: 40.110-060 – SALVADOR – BA
3	150244	UFC	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO
			Rua Capitão Franc. Pedro, 1.290 CEP: 60.430-370 – FORTALEZA – CE
4	153047	UFES	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTÔNIO DE MORAES
			Avenida Marechal Campos, 1355 CEP: 29.043-260 – VITÓRIA – ES
5	154072	UFMA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO
			Rua Barão de Itapary, 227 CEP: 65.020-070 – SÃO LUIZ – MA
6	153261	UFMG	HOSPITAL DE CLÍNICAS
			Avenida Alfredo Balena, 110 CEP: 30.130-100 – BELO HORIZONTE – MG
7	154357	UFMS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO MARIA APARECIDA PEDROSSIAN
			Av. Senador Filinto Muller nº 335 Cidade Universitária, Vila Ipiranga CEP: 79080-190 - CAMPO GRANDE-MS
8	153094	UFPE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS
			Avenida Prof. Moraes Rego 1235, Cidade Universitária CEP: 50.670-901 RECIFE – PE
9	155008	UFPI	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
			Campus Un. Ministro Petrônio Portela, s/n SG 07 - Iningá CEP: 64.049550 – TERESINA – PI
10	153808	UFPR 2	HOSPITAL DE CLÍNICAS
			Rua General Carneiro, 181 CEP: 80.060-900 – CURITIBA – PR

ORDEM	UASG	IFES	HOSPITAIS
11	153152	UFRJ	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
			Rua Rodolpho Paulo Rocco, 255 Cidade Universitária - Ilha do Fundão CEP: 21.941-913– RIO DE JANEIRO – RJ
12	153108	UFRN	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES
			Avenida Nilo Peçanha, 620 Petrópolis CEP: 59.012-300 - NATAL – RN
13	150221	UFTM	HOSPITALDE CLÍNICAS
			Avenida Getúlio Guarita, s/n CEP: 38.025-440 – UBERABA – MG
14	150233	UFU	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE UBERLÂNDIA
			Avenida Amazonas, 2210 CEP: 38.405-302 – UBERLÂNDIA – MG
15	155009	UNB	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
			Avenida L2 Norte, SGAN, Quadra 604/605 CEP: 70.840-050 – BRASÍLIA – UNB
16	152477	UNIFESP	HOSPITAL SÃO PAULO
			Rua Napoleão de Barros, 715 CEP: 04.024-002 – SÃO PAULO – SP
17	154716	UNIVASF	HOSPITAL DE ENSINO DR. WASHINGTON ANTÔNIO DE BARROS
			Rua José de Sá Maniçoba, s/n Bloco 01Centro CEP. 56.304-205 PETROLINA - PE

7. PRAZOS

7.1. Prazo de entrega: até 72 horas após recebimento da solicitação de fornecimento de órteses e materiais especiais para estimulação cardíaca;

7.2. Prazo de validade do material: mínimo de 12 (doze) meses.

7.3. Uma vez solicitado o produto pela unidade requisitante, e o mesmo apresentar problemas técnicos e/ou defeitos que impossibilitem ou dificultem seu uso, este deverá ser repostado pelo fornecedor no setor responsável de cada HU, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de solicitação, que poderá ocorrer a qualquer tempo, para atendimento de urgências.

8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- a) A empresa vencedora do certame, deverá fornecer o(s) material(is), inicialmente, em **regime de antecipação**, com posterior reposição do(s) material(is) usado(s), de acordo com as necessidades e solicitações dos HU's, que ficarão à disposição nessas Instituições.



- b) Os materiais antecipados deverão vir acompanhados de Nota Fiscal de Simples Remessa com “check list”, discriminando a quantidade, especificação do material, marca, série e número do lote.
- c) Para cada item cotado, a licitante deverá identificar na proposta, o código de referência do fabricante do produto. Caso existam vários tamanhos para o mesmo item, a licitante deverá identificar na proposta, os códigos de referência dos produtos relacionados ao item.
- d) Os itens que na especificação deste termo apresentarem mais de um diâmetro OU COMPRIMENTO, o preço unitário deverá ser o mesmo, sendo que a licitante obrigatoriamente deverá possuir todos os tamanhos descritos, a fim de atendimento, de acordo com a especificidade do serviço.

8.1. Para itens específicos:

8.1.1. Os critérios/compatibilidades encontram-se abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	COMPATIBILIDADE
1	ELETRODO DE MARCAPASSO, BIPOLAR, ENDOCARDICO, COM FIXAÇÃO ATIVA (EXTENSIVEL/RETRATIL)/PASSIVA , COM CORTICOIDE, DIAMETRO MAXIMO DE 7 F, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO: IS-1/VS-1.	363708	Conexão padrão IS-1, compatível com 3,2mm.
2	GERADOR DE MARCAPASSO BICAMERAL, COM RESPOSTA DE FREQUENCIA POR ACELEROMETRIA:1- CARACTERISTICAS:- CONECTOR IS-1, COMPATIVEL COM 3.2MM;- COMPATIVEL COM ELETRODOS BIPOLARES E UNIPOLARES;2- RECURSOS PROGRAMAVEIS: - MUDANÇA AUTOMÁTICA DE MODO ("MODE SWICHT"); GERENCIAMENTO DE CAPTURA VENTRICULAR;- AJUSTE DA SENSIBILIDADE ATRIAL E VENTRICULAR;- FREQUENCIA;- LARGURA DE PULSO;- AMPLITUDE DE PULSO;- HISTERESE;- SENSIBILIDADE;- PERIODO REFRATARIO;3- TERAPIA DE DIAGNOSTICO:- FUNCOES DE DIAGNOSTICO;- HISTOGRAMA;- CONTADORES (PERCENTAGEM DOS BATIMENTOS SENTIDOS E DETECTADOS).	396788	Garantia do dispositivo mínima de 5 anos. · O fornecedor deverá manter em caráter permanente no centro cirúrgico analisador de marcapasso, assim como disponibilizar programador de marcapasso para o modelo oferecido durante toda vida útil do gerador implantado. · Um técnico capacitado da empresa deverá estar alcançável por 24 horas por dia, para assistência técnica operatória e ou pós operatória que se fizerem necessárias. · O analisador de marcapasso, bem como o programador e o técnico capacitado deverão ser disponibilizados gratuitamente O fornecedor deverá prever atendimento a urgências para entregas à noite, fins de semana e feriados.
4	ELETRODO DE MARCAPASSO, BIPOLAR, ENDOCARDICO, COM FIXAÇÃO ATIVA (EXTENSIVEL/RETRATIL)/PASSIVA , COM CORTICOIDE, DIAMETRO MAXIMO DE 7 F, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO: IS-1/VS-1.	363708	Conexão padrão IS-1, compatível com 3,2mm.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	COMPATIBILIDADE
5	<p>GERADOR DE MARCAPASSO CAMARA UNICA, COM RESPOSTA DE FREQUENCIA POR ACELEROMETRIA:1- CARACTERISTICAS:- CONECTOR IS-1, COMPATIVEL COM 3.2MM;- COMPATIVEL COM ELETRODOS BIPOLARES E UNIPOLARES;2- RECURSOS PROGRAMAVEIS: - MECANISMO DE CONFIRMACAO AUTOMATICA DO DEBITO; - AJUSTE AUTOMATICO DA SENSIBILIDADE VENTRICULAR;- FREQUENCIA;- LARGURA DE PULSO;- AMPLITUDE DE PULSO;- HISTERESE;- SENSIBILIDADE;- PERIODO REFRACTARIO; - HOLTER DE 24H; GERENCIAMENTO DE CAPTURA VENTRICULAR; - DETECCAO AUTOMAÂ•TICA DE IMPLANTE; - FUNCOES DE DIAGNOSTICO;- HISTOGRAMA;- CONTADORES (PERCENTAGEM DOS BATIMENTOS SENTIDOS E DETECTADOS);4- CARACTERISTICAS FISICAS;- TITANIO, POLIURETANO E SILICONE;- BATERIA DE LITIO.</p>	396784	<p>Garantia do dispositivo mínima de 5 anos.</p> <ul style="list-style-type: none"> · O fornecedor deverá manter em caráter permanente no centro cirúrgico analisador de marcapasso, assim como disponibilizar programador de marcapasso para o modelo oferecido durante toda vida útil do gerador implantado. · Um técnico capacitado da empresa deverá estar alcançável por 24 horas por dia, para assistência técnica operatória e ou pós operatória que se fizerem necessárias. · O analisador de marcapasso, bem como o programador e o técnico capacitado deverão ser disponibilizados gratuitamente <p>O fornecedor deverá prever atendimento a urgências para entregas à noite, fins de semana e feriados.</p>
7	<p>MARCAPASSO MULTISSITIO (RESSINCRONIZADOR):- GERADOR DE PULSO TRICAMERAL, BI-VENTRICULAR (ATRIO DIREITO, VENTRICULO DIREITO E SEIO CORONARIANO PARA ESTIMULACAO VENTRICULAR ES QUERDA); - MULTIPROGRAMAVEL; - RESPONSIVO; - SENSOR ACELEROMETRO; - AMPLITUDE MAXIMA DE NO MINIMO 7.5 V; - PROGRAMACAO INDEPENDENTE DE AMPLITUDE E LARGURA DE PULSO PARA AÂ•TRIO, VENTRICULO DIREITO E VENTRICULO ESQUERDO; - PROGRAMACAO DE POLARIDADE UNIPOLAR E BIPOLAR PARA SENSIBILIDADE E ESTIMULACAO; - HISTOGRAMAS E CONTADORES COM TABULACAO DE EVENTOS CLINICOS; - MEMORIA PERMANENTE PARA ARMAZENAR DADOS DO PACIENTE E DO IMPLANTE.</p>	328552	<p>Garantia do dispositivo mínima de 5 anos.</p> <ul style="list-style-type: none"> · O fornecedor deverá manter em caráter permanente no centro cirúrgico analisador de marcapasso, assim como disponibilizar programador de marcapasso para o modelo oferecido durante toda vida útil do gerador implantado. · Um técnico capacitado da empresa deverá estar alcançável por 24 horas por dia, para assistência técnica operatória e ou pós operatória que se fizerem necessárias. · O analisador de marcapasso, bem como o programador e o técnico capacitado deverão ser disponibilizados gratuitamente <p>O fornecedor deverá prever atendimento a urgências para entregas à noite, fins de semana e feriados.</p>
8	<p>SISTEMA DE ELETRODOS PARA ESTIMULACAO DE SISTEMA MULTISSITIO. CONJUNTO COMPOSTO ELETRODOS, EM TITANIO, UNI/BIPOLAR, PARA ESTIMULACAO MULTI-SITIO DISPONIVEL NOS MODELOS: A) ELETRODO PARA SEIO CORONARIO (SIST. OVER THE WIRE) , SENDO QUE O MOD. UNIPOLAR, DE FIXACAO PASSIVA , COM ESTEROIDE, DIAMETRO MAX. DE 6 F, COMP. DE MIN. DE 75 CM, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS-1/VS-1, E O MOD. BIPOLAR, FIXACAO PASSIVA, COM ESTEROIDE, DIAMETRO MAX. DE 6F, COMP. DE MIN. DE 75 CM, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS1/VSB1; B) ELETRODO ENDOCARDICOS FIXACAO ATIVA (EXTENSIVEL/RETRATIL) PASSIVA, COM CORTICOIDE, DIAM. MAX. DE 7F, COM</p>	342329	<p>Conexão padrão IS-1, compatível com 3,2mm. Eletrodo para seio coronariano com sistema "over the wire" e pre-formatacao de acordo com anatomia do seio coronariano. O fornecedor deverá prever atendimento a urgências para entregas à noite, fins de semana e feriados.</p>



ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	COMPATIBILIDADE
	ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS-1/VS; C)EPICARDICO COM ISOLAMENTO, CURTO/LONGO, CONECTOR IS-1/VS1. (FORNECEDOR DEVERA SEMPRE DISPONIB. TODOS OS MODELOS NO ATO CIRURGICO). CATETER BALAO BIOCOMPATIVEL, CONJ. BAINHAS E GUIA		
9	<p>CARDIODEFIBRILADOR COM MULTI-SITIO (RESSINCRONIZADOR):- MARCAPASSO MULTI-SITIO E DEFIBRILADOR CARDIOVERSOR IMPLANTAVEL, AMBOS EM UM MESMO APARELHO;- CAPACIDADE DE PROGRAMACAO INDEPENDENTE DAS CAMARAS ESTIMULADAS E DAS CAMARAS SENTIDAS;- TESTES DE LIMIAR DE CAPTURA DE VENTRICULO DIREITO E VENTRICULO ESQUERDO INDEPENDENTES;- FREQUENCIA DE HISTERESE NO INTERVALO AV/PV;- DIAGRAMA CONTENDO OS ULTIMOS EPISODIOS COM INFORMACAO DETALHADA;- TERAPIA MAÃ•XIMA DE CHOQUE: DE NO MIÃ•NIMO 35 JOULES ENTREGUES;- LARGURA DE PULSO E AMPLITUDE DE PULSO INDEPENDENTES NO VENTRICULO DIREITO E VENTRICULO ESQUERDO.- ACOMPANHA ELETRODO PARA CARDIODEFIBRILADOR COMPOSTO DE:- ELETRODO ENDOCARDICO BIPOLAR COM CORTICOIDE;- DUPLO COIL;- FIXACAO RETRATIL (ATIVA) OU PASSIVA (ALETAS);- COMPRIMENTO:ELETRODO 58 A 65 CM; - COM ISOLAMENTO.</p>	396795	<p>Garantia do dispositivo mínima de 5 anos.</p> <ul style="list-style-type: none"> · O fornecedor deverá manter em caráter permanente no centro cirúrgico analisador de marcapasso, assim como disponibilizar programador de marcapasso para o modelo oferecido durante toda vida útil do gerador implantado. · Um técnico capacitado da empresa deverá estar alcançável por 24 horas por dia, para assistência técnica operatória e ou pós operatória que se fizerem necessárias. · O analisador de marcapasso, bem como o programador e o técnico capacitado deverão ser disponibilizados gratuitamente <p>O fornecedor deverá prever atendimento a urgências para entregas à noite, fins de semana e feriados.</p>
10	<p>ELETRODO DE MARCAPASSO, BIPOLAR, EPICARDICO, COM CORTICOIDE , COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO: IS-1/VS-1. CURTO - COMPRIMENTO MINIMO DE 35 CM OU LONGO - COMPRIMENTO MINIMO 50 CM.</p>	363707	Conexão padrão IS-1, compatível com 3,2mm.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	COMPATIBILIDADE
11	<p>SISTEMA DE ELETRODOS PARA ESTIMULAÇÃO DE SISTEMA MULTISSÍTIO. CONJUNTO COMPOSTO ELETRODOS, EM TITANIO, UNI/BIPOLAR, PARA ESTIMULAÇÃO MULTI-SÍTIO DISPONÍVEL NOS MODELOS: A) ELETRODO PARA SEIO CORONÁRIO (SIST. OVER THE WIRE) , SENDO QUE O MOD. UNIPOLAR, DE FIXAÇÃO PASSIVA , COM ESTEROIDE, DIÂMETRO MÁX. DE 6 F, COMP. DE MÍN. DE 75 CM, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS-1/VS-1, E O MOD. BIPOLAR, FIXAÇÃO PASSIVA, COM ESTEROIDE, DIÂMETRO MÁX. DE 6F, COMP. DE MÍN. DE 75 CM, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS1/VSB1; B) ELETRODO ENDOCARDÍCO FIXAÇÃO ATIVA (EXTENSÍVEL/RETRÁTIL) PASSIVA, COM CORTICOIDE, DIAM. MÁX. DE 7F, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO IS-1/VS; C) EPICARDÍCO COM ISOLAMENTO, CURTO/LONGO, CONECTOR IS-1/VS1. (FORNECEDOR DEVERÁ SEMPRE DISPONIBILIZAR TODOS OS MODELOS NO ATO CIRÚRGICO). CATETER BALÃO BIOCOMPATÍVEL, CONJ. BAINHAS E GUIA</p>	342329	<p>Garantia do dispositivo mínima de 5 anos.</p> <ul style="list-style-type: none"> · O fornecedor deverá manter em caráter permanente no centro cirúrgico analisador de marcapasso, assim como disponibilizar programador de marcapasso para o modelo oferecido durante toda a vida útil do gerador implantado. · Um técnico capacitado da empresa deverá estar alcançável por 24 horas por dia, para assistência técnica operatória e ou pós operatória que se fizerem necessárias. · O analisador de marcapasso, bem como o programador e o técnico capacitado deverão ser disponibilizados gratuitamente <p>O fornecedor deverá prever atendimento a urgências para entregas à noite, fins de semana e feriados.</p>
12	<p>CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR IMPLANTÁVEL (CDI) DE CÂMARA DUPLA: - ANTIBRADICÁRDIA E ANTITAQUICÁRDIA; - COMPOSTO DE UM CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO IMPLANTÁVEL, COM MARCAPASSO CÂMARA DUPLA E RESPOSTA DE FREQUÊNCIA; - PORTICOS DE DESFIBRILAÇÃO DF-1; - PORTICO DE ESTIMULAÇÃO E SENSE VENTRICULAR IS-1 BIPOLAR; - PORTICO DE ESTIMULAÇÃO E SENSE ATRIAL IS-1 BIPOLAR. TIPOS: DDDR/DDSR</p>	396794	<p>Garantia do dispositivo mínima de 5 anos.</p> <ul style="list-style-type: none"> · O fornecedor deverá manter em caráter permanente no centro cirúrgico analisador de marcapasso, assim como disponibilizar programador de marcapasso para o modelo oferecido durante toda a vida útil do gerador implantado. · Um técnico capacitado da empresa deverá estar alcançável por 24 horas por dia, para assistência técnica operatória e ou pós operatória que se fizerem necessárias. · O analisador de marcapasso, bem como o programador e o técnico capacitado deverão ser disponibilizados gratuitamente <p>O fornecedor deverá prever atendimento a urgências para entregas à noite, fins de semana e feriados.</p>
13	<p>ELETRODO DE MARCAPASSO, BIPOLAR, ENDOCÁRDICO, COM FIXAÇÃO ATIVA (EXTENSÍVEL/RETRÁTIL)/PASSIVA , COM CORTICOIDE, DIÂMETRO MÁXIMO DE 7 F, COM ISOLAMENTO, CONECTOR TIPO: IS-1/VS-1.</p>	363708	Conexão padrão IS-1, compatível com 3,2mm.
14	<p>ELETRODO PARA CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR, BIPOLAR, ENDOCARDÍCO, DUPLO COIL, COM FIXAÇÃO ATIVA (EXTENSÍVEL/RETRÁTIL) , COM CORTICOIDE, DIÂMETRO MÁXIMO DE 9 F, COM ISOLAMENTO, 02 (DOIS) CONECTORES TIPO: IS-1/VS-1, 02 (DOIS) CONECTORES DF-1.</p>	346939	Conexão padrão IS-1, compatível com 3,2mm.
17	<p>ELETRODO PARA CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR, BIPOLAR, ENDOCARDÍCO, DUPLO COIL, COM FIXAÇÃO ATIVA (EXTENSÍVEL/RETRÁTIL) , COM CORTICOIDE, DIÂMETRO MÁXIMO DE 9 F, COM ISOLAMENTO, 02 (DOIS) CONECTORES TIPO: IS-1/VS-1, 02 (DOIS) CONECTORES DF-1.</p>	346939	Conexão padrão IS-1, compatível com 3,2mm.



- a) O fornecedor deverá apresentar referência bibliográfica com, no mínimo, um artigo de estudo clínico, traduzido para o português, publicado em revista indexada por um dos bancos de dados a seguir: PUBMED, EMBASE, COCHRANE e LILACS.
- b) O licitante deverá identificar o item correspondente ao estudo.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

9.1. O objeto deste Pregão é bem comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520/ 2002.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13,14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.6. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Pregão.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

13.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

13.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

13.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. Fraudar na execução do contrato;

14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. Cometer fraude fiscal;

14.1.6. Não mantiver a proposta.

14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, 20 de Fevereiro de 2015.

CECÍLIA DE OLIVEIRA CARVALHO FARIA
CHEFE DO SERVIÇO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAÚDE

SAMMARA TAVARES NUNES
COORDENADORA GESTÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE

DR. CELSO FERNANDO RIBEIRO DE ARAÚJO
DIRETOR DE ATENÇÃO À SAÚDE

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

- 1) O prazo de validade de nossa proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.
- 2) Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- 3) Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- 4) Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Dados da Empresa:

Nome da Empresa:		
CNPJ:		
Endereço:		
Responsável pela proposta:		
Telefone/Fax:		
E-mail:		
Banco:	Agência:	C/c:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:	
CPF:	
RG:	Expedido por:
Endereço:	
CEP:	
Naturalidade:	Nacionalidade:
Cargo/Função:	

OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de Medicamentos Antimicrobianos, Antiparasitários e Antifúngicos para os Hospitais Universitários Federais – HUF's vinculados a Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, coordenados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes do Edital e seus Anexos.



ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CERTIFICADO DE REGISTRO OU DISPENSA DO PRODUTO/ANVISA	MARCA	FABRICANTE	CÓDIGO FABRICANTE	APRESENTAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

PRAZO DE ENTREGA:

VALIDADE DA PROPOSTA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

ATENÇÃO!

- ✓ Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no edital e no ComprasNET, prevalecerá o descritivo constante no Edital.
- ✓ Esta planilha é simplesmente um modelo para demonstração da proposta de preços.

Local e data.

Identificação e assinatura.

ANEXO III

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH

PROCESSO Nº 23477.002875/2015-30

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XX/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2015

A **EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH**, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Torre C, 1º andar, Brasília/DF, CEP: 70.308-200 inscrita no CNPJ nº 15.126.437/0001-43 neste ato representada por sua Presidente em Exercício, **JEANNE LILIANE MARLENE MICHEL**, Carteira de Identidade nº 9.849.575-6 SSP/SP, CPF nº 028.543.778-00 e por seu Diretor de Administração e Infraestrutura, **GARIBALDI JOSE CORDEIRO DE ALBUQUERQUE**, Carteira de Identidade nº 356.193 SSP/DF, CPF nº 062.720.614-04, nomeados pelo Decreto Presidencial de 13 de abril de 2012, publicado no DOU de 16/04/2012, ambos no uso das atribuições que lhe conferem as Portarias nº 34 de 21/08/2012 e a nº 53 de 03/12/2014, que aprovam a estrutura regimental da EBSERH, neste ato denominada simplesmente, **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2015**, homologado por meio de Ata de Registro de Preços em XX/XX/XXXX, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/1993, do Decreto nº 7.892/2013, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 4.342/2002 e nas disposições contidas no instrumento convocatório do Pregão nº. 07/2015, Processo nº. 23477.023266/2014-33 resolve registrar os preços das empresas classificadas em primeiro lugar, por item, no certame acima referido, homologado na data de XX/XX/2015 em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	PRAZO DE GARANTIA OU VALIDADE
xxx	xxxxxxxxxxxxx	xxxxx	xxxx	xxx	R\$ xxxxx	xxxxxx
VALOR TOTAL DO ITEM					R\$ xxxxxxxxxxxx	

3. DO CADASTRO RESERVA



Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	PRAZO DE GARANTIA OU VALIDADE
xxx	xxxxxxxxxxxxx	xxxxx	xxxx	xxx	R\$ xxxxx	xxxxxx
VALOR TOTAL DO ITEM					R\$ xxxxxxxxxxx	

4. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. Os órgãos/entidades participantes deste registro de preços são os constantes do Edital e seus anexos.

5. DA VALIDADE DA ATA

5.1. A vigência da presente Ata será de 12 meses a partir da data de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

5.2. Nos termos do art. 15º da Lei nº 8.666/1993, e do Decreto nº 7.892/2013, a EBSEH e os Órgão Participantes não estão obrigados a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s), após a indicação pelo órgão gerenciador do Registro de Preço, será formalizada pela entidade/órgão interessado, por intermédio de Nota de Empenho.

6.2. O(s) fornecimento(s) será(ão) efetuados nos horários e endereços determinados pelos Órgãos Participantes (OP).

6.3. Dentro do prazo de vigência da ata, o(s) fornecedor(es) está(ão) obrigado(s) ao fornecimento dos itens conforme previsão do Edital e seus anexos, que precedeu a formalização desta Ata.

6.4. O(s) item (ns) rejeitado(s), por estar(rem) em desacordo com as especificações ou condições exigidas no Edital deverá(ão) ser(em) retirado(s) nos seguintes prazos:

- Imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega;
- Em até 10 (dez) dias, após o CONTRATADO ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega;

6.6. A recusa do CONTRATADO em atender a substituição do(s) item(ns) rejeitado(s) levará à aplicação das sanções por inadimplemento previstas no Edital do certame.

7. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador (OG) e pelos Órgãos Participantes, ou qualquer órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem e nos termos do Decreto nº 7.892/2013.

8. DA REVISÃO E CANCELAMENTO

8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

8.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

8.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

8.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

8.6.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.8.1. Por razão de interesse público; ou

8.8.2. A pedido do fornecedor.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Integram esta Ata o Edital e anexos do Pregão nº XX/2014, a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no mencionado certame e demais elementos do processo.

9.2. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



Brasília, XX de XXXXXXX de 2015.

DRA. JEANNE LILIANE MARLENE MICHEL
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – EBSERH

REPRESENTANTE LEGAL
LICITANTE VENCEDOR

DR. GARIBALDI JOSÉ CORDEIRO DE ALBUQUERQUE
**DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
– EBSERH**

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 23477.002875/2015-30

**CONTRATO Nº XX/2015, DE AQUISIÇÃO DE ÓRTESE /
MATERIAIS ESPECIAIS (ESTIMULAÇÃO CARDÍACA
ARTIFICIAL), QUE ENTRE SI CELEBRAM O**

_____ E A EMPRESA

CONTRATANTE: _____, xxxxxxxxx com
personalidade jurídica de direito _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º
xxxxxxxxxxxxx/xxxxx, com sede xxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxxxxx- xxxxx/xx, neste ato
representada pelo seu xxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, brasileiro, portador do RG n.º xxxxxxx SSP/xx, e
CPF n.º xxx.xxx.xxx-xx, nomeado por Decreto xxxxxx de xx de xxxxx de xxxx, publicado no DOU
n.º XX, fls. xx, de xx de xxxxxxx de xxxx, e por seu Diretor xxxxxxx, xxxxxxxx, brasileiro, portador da
RG n.º xxxxxxx SSP/xx CPF n.º xxx.xxx.xxx-xx, nomeado por Decreto xxxxxx de xx de xxxxx de
xxxx, publicado no DOU n.º XX, fls. xx, de xx de xxxx de xxxx, ambos no uso das atribuições
conferidas pelo artigo XX de seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto n.º xxxxxx, de xx de xxxx
de xxxx.

CONTRATADA: _____ inscrita no CNPJ sob o n.º
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, representado pelo
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e no RG
sob o n.º XXXXXX – SSP/XX, residente e domiciliado em
xxx.

Conforme Processo Administrativo n.º **23477.002875/2015-30**, as partes celebram o presente
contrato, sujeitando-se à Lei n.º 8.666, de 1993, à Lei n.º 10.520, de 2002, à Lei Complementar n.º
123, de 2006, ao Decreto 3.555, de 2000, ao Decreto n.º 5.450, de 2005, Decreto 7.892, de 2013,
ao Edital do Pregão Eletrônico n.º **XX/2015**, e demais legislação correlata, mediante as Cláusulas
e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de xxxxxxxxxxxxxxxx, conforme especificações
estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão identificado no preâmbulo, os quais integram este
instrumento, independente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

2.1. A entrega do(s) material(s) deverá ser efetuada no **Almoxarifado da CONTRATANTE**
conforme endereço constante no Termo de Referência, no horário das **08:00 às 17:00 horas,**
nos dias úteis;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VALIDADE DO MATERIAL

3.1. Os materiais deverão ser entregues, com prazo de validade para uso **igual ou superior a
12 (doze) meses**, em embalagens originais para comercialização contendo a data e o n.º do lote
de fabricação, o prazo de validade para uso dos mesmos identificados quanto ao número da



licitação, nome da empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente;

3.2. Em caso de problemas técnicos e/ou defeitos identificados nos materiais que impossibilitem ou dificultem seu uso, este deverá ser repostado pelo fornecedor no setor responsável de cada HU, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de solicitação, que poderá ocorrer a qualquer tempo, para atendimento de urgências

3.3. Em caso de conformidade, a Comissão / Empregado receberá definitivamente materiais, após conferência da Nota Fiscal de Simples Remessa e a encaminhará ao Setor de Almoxarifado da CONTRATANTE, para fins de guarda;

3.4. Em caso de não conformidade, a Comissão / Empregado designado devolverá a Nota Fiscal/material, para as devidas correções/substituição;

3.5. Durante o recebimento provisório, a CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer material que não esteja de acordo com a(s) especificação(ões) do Termo de Referência;

4. CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA

4.1. Prazo inicial de entrega: até 72 (setenta e duas) horas após recebimento da solicitação de fornecimento de órteses, próteses e materiais especiais;

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

6. CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2015, por meio da seguinte classificação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA	NÚMERO DE EMPENHO

6.2. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pela CONTRATANTE.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

7.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual com vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A CONTRATANTE deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da entrega dos bens e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente;

8.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da EBSEH ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação;

8.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado;

9.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.4. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.7. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PAGAMENTO



11.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura definitiva, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

11.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo Fiscal do Contrato da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA;

11.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os materiais entregues;

11.2.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.3. Antes do pagamento, a CONTRATANTE realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

11.3.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

11.3.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

11.3.1.2. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;

11.3.1.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.3.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

11.3.1.5. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

11.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

11.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.6. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

11.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

11.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.

12.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de até 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) Multa compensatória de até 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999;



12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

12.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

13.1.1 Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

13.1.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

13.1.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e

13.1.4 Haja prévia comunicação e concordância da Contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato;

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

Na forma do art. 79 da Lei 8.666/93, a rescisão deste Contrato poderá ser:

14.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

14.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração; ou

14.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.4.1. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

14.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da EBSERH, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, além das sanções previstas neste instrumento.

14.6. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

14.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.6.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1. É vedado à CONTRATADA:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. As questões decorrentes da execução deste Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal/DF, com exclusão de qualquer outro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília – DF, XX de XXXXXXXXXXXXX de 2015.

CONTRATANTE

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1º _____

2º _____

CPF:

CPF: